



Violência Obstétrica: violência de gênero e ativismo online

Veronica A. Ribeiro Haacke
Estudante de pós-graduação do
programa de Comunicação e
Territorialidades
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: veronica.rhaacke@gmail.com

Orientador(es): Prof. Dr. Fabio Luiz Malini
Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: fabiomalini@gmail.com

Resumo

O presente trabalho faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado inserida no programa de Comunicação e Territorialidades, na linha de Comunicação e Poder. O objetivo principal é a compreensão da violência obstétrica enquanto uma violência de gênero e de como o compartilhamento de relatos em páginas de Facebook são capazes de agrupar e criar comunidades em que mulheres que sofreram, ou que lutam contra esse tipo de violência, se conectem e troquem suas experiências. A coleta de dados é realizada a partir ferramentas como o Netvizz, que permite coletar dados abertos de páginas, grupos e eventos. A interpretação dos dados será realizada a partir da análise de conteúdo e, com os relatos de violência selecionados, serão usados pressupostos da análise crítica do discurso como forma de compreender como os discursos são construídos pelas mulheres e como são estabelecidas as noções de vulnerabilidade da mulher no contexto do parir.

Palavras-chave: Violência obstétrica; Violência de Gênero; Ativismo online

Introdução

“Primeira filha parto normal...O médico não acordou duas enfermeiras me levaram pra sala de parto depois de quase não ter mais força nem pra reclamar ouvindo xingamentos e palavras ríspidas, quase me quebraram as costelas me cortaram , um corte enorme quase em direção a nadega sem anestesia. Ainda sinto dor até hoje conforme me sento”
(Comentário retirado da página do Facebook Renascimento do Parto)

O termo violência obstétrica é instituído pela primeira vez em 2007, através da Ley Orgánica Sobre el Derecho de las Mujeres, sancionada na República Bolivariana da Venezuela. No artigo de número 51, a violência é caracterizada como



a apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres por profissionais de saúde, que se expressa pelo tratamento desumanizador, no abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, trazendo consigo a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres¹. (VENEZUELA, 2007, p. 8, tradução própria)

A violência obstétrica passou a ser caracterizada como: “violência a qual são submetidas as parturientes são as intervenções e procedimentos muitas vezes desnecessários em face de uma medicina de evidências” (AGUIAR, 2010, p. 14). Sendo ainda marcada pelo uso inadequado da tecnologia em prol de um status e poder médico, englobando “qualquer tipo de violência que ocorra durante o período da gestação, do parto e do pós-parto, incluindo a assistência ao aborto.” (BARBOSA; FABBRO; MACHADO, 2017, p. 190).

Por pautar-se na inferioridade física e moral da mulher enquanto paciente, pode ser caracterizada como violência de gênero, cuja definição mais ampla é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO BELÉM DO PARÁ, 1994).

Ela é uma violência que fortalece a “ideologia que naturaliza a condição social de reprodutora da mulher como seu destino biológico e marca uma inferioridade física e moral da mulher que permite que seu corpo e sua sexualidade sejam objetos de controle da sociedade através da prática médica” (GRIFFIN, 1999, p. 84). Ou seja, compreende-se a violência obstétrica além das questões institucionais hospitalares; mas também como uma relação assimétrica de poder entre médico e paciente; questões de medicalização do corpo feminino e, primeiramente, como uma ação de violência de gênero.

se considerarmos que o campo da maternidade é por excelência onde se exercita não só a função biológica do corpo feminino, mas uma função social do papel conferido à mulher regulado por uma construção simbólica, toda e qualquer violência neste campo é fundamentalmente uma violência de gênero (AGUIAR, 2010, p. 23)

Segundo Bandeira (2014, p. 450) a violência de gênero “ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no

¹ Violencia obstétrica: Se entiende por violencia obstétrica la apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida de las mujeres. (VENEZUELA, 2007, p.8)

universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas”.

Dessa maneira, a violência de gênero tem como pilares a dominação masculina e o patriarcado, estabelecendo uma relação de submissão ou poder sobre as mulheres levando à sua intimidação. Isso ocorre devido aos padrões e valores sexistas que organizam a sociedade, em que é atribuído o senso comum de gênero, associando o feminino como inferior, pautado pela fragilidade e patologização dos corpos (BANDEIRA, 2014).

Segundo Varikas (2016, p. 14), violência de gênero é uma “afrota infligida a uma mulher pelo fato de ela nascer mulher”, sendo que essas “agressividades constataam a subordinação feminina e o poder dos homens sobre as mulheres” (SOUZA, 2015, p. 717).

Esse trabalho está inserido na pesquisa de dissertação de mestrado que tem como objetivo busca compreender como as páginas, grupos e eventos do Facebook, que possuem como tema central a discussão de violência obstétrica e espaço para o compartilhamento dos relatos das mulheres, além de exercerem o papel de ambiente de ativismo, também podem ser considerados como redes de suporte. Assim, com base no compartilhamento dos relatos e de promoverem as discussões como forma de luta, também se constituem como local em que as mulheres encontrem apoio e consigam dividir suas experiências com outras usuárias que passaram pelos mesmos casos.

O trabalho é uma associação dos estudos de gênero aos estudos de cibercultura, compreendendo que os territórios online de redes sociais potencializaram as trocas interpessoais e os ativismos. O Facebook então se caracteriza como um dos possíveis territórios de ativismo e de compartilhamento de experiências, exercendo também o papel de peer support. O suporte de pares tem como principal objetivo o compartilhamento de experiências individuais para que, em uma via de mão dupla, receba e dê apoio. Salienta-se que esse apoio tem como fundamento a semelhança, o comum, ou seja, pessoas que passaram pelas mesmas ou parecidas experiências que buscam dialogar e dividir seus relatos (CHALLIS, 2016).

As páginas de Facebook, objetos dessa pesquisa, são o território em que mulheres se articulam, “movidas por uma grande contrariedade e insatisfação em

relação à institucionalização do corpo feminino e à violência obstétrica, com o objetivo de mostrar e consolidar alternativas ao atual modelo tecnocrático de assistência obstétrica”. (LUZ; GICO, 2017)

Metodologia

Para se analisar os relatos de violência obstétrica compartilhados em páginas do Facebook e compreendê-los enquanto uma violência de gênero e formas de ativismo online, primeiramente foi necessário um mapeamento de páginas que discutissem o tema. A partir da própria ferramenta de busca do Facebook, a partir dos termos “violência obstétrica”; “humanização do parto”; “violência no parto”, “violência gestante”, chegou-se ao volume inicial de 98 páginas de movimentos organizados no Brasil.

A partir da coleta dessas páginas, chegou-se ao volume de 37.363 posts e 1.255.207 comentários totais. A primeira etapa de filtragem dos dados se deu através do recorte temporal, 2018 e 2019, período em que constam acontecimentos que influenciaram a discussão nos sites de redes sociais, como também no ambiente midiático, da temática a ser estudada. Assim, chegou-se ao volume total de 16.292 posts e 465.737 comentários.

O segundo processo de filtragem dos dados ocorreu a partir das buscas de posts e comentários que de fato abordassem a temática de violência obstétrica, seja ela a partir de relatos, informativos, notícias ou mobilizações. Com essa delimitação da temática, o volume final de dados conta com 813 posts e 20.424 comentários.

Para dar prosseguimento à pesquisa e à interpretação de dados, será realizada a análise de conteúdo como forma de agrupar as categorias presentes nos comentários, e assim separar os relatos de violência, que serão analisados a partir de pressupostos da análise de conteúdo.

Considerações finais

O trabalho ainda está em curso, portanto, os dados apresentados neste resumo são parciais, e demonstram o processo de revisão bibliográfica e o primeiro contato com a coleta de dados, que ainda está sendo analisada.

Contudo, a partir do volume de publicações e comentários durante o período de análise, percebe-se que é uma temática que vêm crescendo entre as discussões e tem engajado movimentos ativistas em prol de sua denúncia e conscientização.

Ademais, a partir da leitura flutuante para que se chegasse aos dados específicos da pesquisa foi possível perceber que muitas mulheres buscam apoio e conhecimento sobre as formas de violência obstétrica e encontram espaço para o compartilhamento de seus relatos em comunidades de mulher que compartilham do comum dessa violência.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, J.M. Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. São Paulo, 2010

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Sociedade e Estado, 2014

BARBOSA, L.D.C.; FABBRO, M.R.C, MACHADO G.P.R. Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas. 2017

CHALLIS, S. **Making sense of peer support**. Londres: Mind. 2016.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Belém/PA (Brasil): Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994.

GIFFIN, K.M. Corpo e conhecimento na saúde sexual: uma visão sociológica. In: GIFFIN K.M, COSTA S.H, (Org). Questões da Saúde Reprodutiva . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

LUZ, L.; GICO, V. As redes sociais digitais e a humanização do parto no contexto das Epistemologias do Sul. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.1, v.24. 2017

SOUZA, Vera Lucia Puga. “Violência de gênero/Intolerância”. In. COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antonio (organizadores) Dicionário Crítico de Gênero. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015

VARIKAS, Eleni. “Gênero, um conceito itinerante”. In. _____. Pensar o sexo e o gênero. Campinas: Unicamp, 2016.

VENEZUELA. Ley Orgánica sobre el Derecho de las mujeres a una vida libre de violencia, 2007.